



11 DE MARÇO DE 2016

Quinta-feira

- FÁBRICA DA CAO-HYUNDAI PODE ENTRAR EM GREVE
- BMW JÁ PRODUZ NOVO X1 EM SANTA CATARINA
- FOTON CONFIRMA FÁBRICA NO RS E ALUGA AGRALE
- FÓRUM MOSTRA QUE É IMPRESCINDÍVEL DEBATER A CORRUPÇÃO
- MODERNIZAR LEIS DO TRABALHO É PASSO DECISIVO PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA
- BRASIL VENDE US\$1,5 BI EM BÔNUS DE 10 ANOS NA 1ª EMISSÃO SEM GRAU DE INVESTIMENTO
- EXCLUSIVO-SAMARCO PREVÊ VOLTAR A OPERAR NO 4º TRI COM CAPACIDADE REDUZIDA
- ÍNDICE DE RENTABILIDADE DAS EXPORTAÇÕES SOBE 7,7% EM JANEIRO, DIZ FUNCEX
- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS TÊM PIOR DESEMPENHO EM FATURAMENTO DESDE 1998
- FLUXO DE VEÍCULOS CRESCEU 1% EM FEVEREIRO ANTE JANEIRO, COM AJUSTE, DIZ ABCR
- REGIÃO DE CURITIBA ACEITARÁ CARTÃO DE CRÉDITO EM ÔNIBUS
- DECISÃO DA JUSTIÇA DOS EUA DEVE AMPLIAR AÇÃO CONTRA VALE
- IBGE: VOLUME DE SERVIÇOS PRESTADOS CAI 5% EM JANEIRO, PIOR RESULTADO PARA O MÊS
- INDÚSTRIA VÊ CONTINUIDADE DA OCIOSIDADE E BAIXO CRESCIMENTO
- DASSAULT SYSTÈMES LANÇA NOVA SOLUÇÃO PARA INDÚSTRIA DE BENS DE CONSUMO E VAREJO
- JURO DO CARTÃO VOLTA A SUBIR E CHEGA A 419,6%
- UIT DÁ MAIS PODER PARA ANATEL LIMITAR VALORES DE ROAMING INTERNACIONAL
- ABENGOA NEGOCIA PLANO DE SOCORRO COM CREDORES
- INTENÇÃO DE INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA RECUA
- MINÉRIO DE FERRO RECUA DE NOVO NA CHINA COM QUEDA DO AÇO

- [NIPPON E TECHINT APRESENTAM PROPOSTAS DIFERENTES PARA AUMENTO DE CAPITAL NA USIMINAS](#)
- [VOLUME DE SERVIÇOS CAI 5% EM JANEIRO, 10ª QUEDA SEGUIDA](#)
- [PORSCHÉ DESAFIA TESLA NA BATALHA POR CARRO ELÉTRICO](#)
- [MERCADO DE TRABALHO TEM DESIGUALDADE ENTRE MULHERES, MOSTRA IPEA](#)
- [ACORDO DO SEBRAE COM INPI MELHORA PROTEÇÃO DE PRODUTOS DOS PEQUENOS NEGÓCIOS](#)
- [SENADO APROVA A REGULAMENTAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES](#)
- [SÉRGIO MORO PEDE SERENIDADE EM MOMENTO DE 'TURBULÊNCIA' POLÍTICA](#)
- [CORRUPTOS E CORRUPTORES](#)
- [COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ALEMANHA VAI INCENTIVAR PRODUÇÃO DE CARROS ELÉTRICOS E PONTOS DE RECARGA](#)

CÂMBIO		
EM 11/03/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,604	3,605
Euro	4,021	4,022

Fonte: BACEN

[Fábrica da Caoa-Hyundai pode entrar em greve](#)

11/03/2016- Fonte: Automotive Business



A fábrica da Caoa-Hyundai em Anápolis (GO), pode enfrentar uma greve a partir de segunda-feira, 14. Na manhã de quinta-feira, 10, o sindicato local e os metalúrgicos também fizeram uma paralisação em protesto contra 40 demissões comunicadas no dia anterior.

“Eles dispensaram pessoas do administrativo, RH, supervisores, líderes e também da produção”, afirma Reginaldo José de Faria, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Anápolis (Sindmetana).

Faria acusa a empresa de demitir como forma de coagir os funcionários a aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

“Estamos em campanha salarial. Não queremos assinar o PPE sem que a empresa aprove nosso pacote de benefícios que inclui reajuste salarial, do vale-alimentação, PL (Participação nos Lucros) e abono”, afirma o líder sindical. “Se não aprovarem, vamos cruzar os braços na segunda”, diz.

A Caoa Montadora tem cerca de 1,5 mil funcionários e o PPE pretende evitar aproximadamente 300 demissões. O protesto na manhã de quinta-feira interrompeu uma rodovia que dá acesso à fábrica onde são montados caminhões Hyundai e os utilitários esportivos Tucson e ix35. Segundo o sindicalista, a unidade fabricou 38 mil veículos em 2015 e estima apenas 26 mil neste ano.

BMW já produz novo X1 em Santa Catarina

11/03/2016- Fonte: Automotive Business



O Grupo BMW começou a produzir na quinta-feira, 10, em Araquari (SC), a nova geração do utilitário esportivo X1. O fato ocorre 16 meses depois do início da montagem local da geração anterior. “A produção nacional do novo BMW X1 demonstra a representatividade do mercado brasileiro para os negócios do grupo”, afirma o vice-presidente sênior da fábrica de Santa Catarina, Carsten Stöcker.

As encomendas para a nova geração do X1 começaram em novembro de 2015 e as vendas efetivas tiveram início em fevereiro, com o mercado abastecido no primeiro momento por unidades importadas da Alemanha. Atualmente, quatro outros carros além do X1 são produzidos em Araquari: os modelos BMW Série 1, Série 3, X3 e o Mini Countryman.

O novo X1 feito no Brasil traz o motor flex 2.0 TwinPower Turbo, com injeção direta de combustível. Nas versões sDrive20i GP e sDrive20i X-Line ele produz 192 cavalos, leva o carro de zero a 100 km/h em 7,7 segundos e atinge 225 km/h. A tração nessas opções é dianteira.

Na versão topo de linha xDrive25i a potência sobe para 231 cv, o zero a 100 km/h ocorre em 6,5 s e a velocidade máxima vai a 235 km/h. A tração neste caso é nas quatro rodas. A transmissão é a mesma em todas as versões: automática de oito marchas.

Foton confirma fábrica no RS e aluga Agrale

11/03/2016- Fonte: Automotive Business



Após aprovar empréstimo de R\$ 65 milhões junto ao BNDES, o plano da operação brasileira da Foton Caminhões enfim dá sinais de evolução. A companhia anunciou na quinta-feira, 10, novo prazo para a inauguração de sua fábrica local em Guaíba (RS). Agora a expectativa é de que a unidade comece a operar no primeiro semestre de 2017. Mas ante disso a empresa vai começar a montar seus caminhões no Brasil em parceria com a Agrale, na unidade 2 da fabricante em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha.

A aliança fechada entre as duas empresas prevê que a fabricante brasileira se responsabilize por toda a operação, desde o recebimento de componentes até a entrega do produto final pronto para embarque, passando por montagem e controle de qualidade. Na unidade 2 já são feitas as linhas de caminhões Agrale A, S e LX, além de chassis de ônibus e os utilitários 4x4 Agrale Marruá.

Dessa forma, não será necessário fazer grandes adaptações para montar a família de veículos da marca chinesa. A Agrale já havia alugado em 1997 o mesmo espaço para a International, que em 2012 se mudou para uma planta própria em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, que está ociosa atualmente com a interrupção da produção de caminhões em outubro passado e também negociava com a Foton uma possível parceria.

A Agrale aponta que o negócio com a Foton traz benefício para as duas empresas ao melhorar a utilização de sua estrutura fabril em Caxias e antecipar a nacionalização dos caminhões leves da fabricante chinesa.

CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA

Ainda que o momento econômico seja desfavorável, a Foton garante que não desistiu de estabelecer a sua estrutura própria no Brasil, cuja instalação deve evoluir paralelamente à montagem em parceria com a Agrale. O BNDES aprovou empréstimo de R\$ 65 milhões de reais para viabilizar a obra.

A empresa decidiu ainda ampliar o projeto e adicionou ao protocolo de intenções assinado com o governo do Rio Grande do Sul o plano de produzir localmente a linha de vans e de SUVs da Foton, além dos caminhões leves que já estavam previstos.

A estratégia é curiosa diante do cenário de contração das vendas de carros de passeio e, principalmente, de veículos comerciais. "Acreditamos tanto no extraordinário potencial do mercado brasileiro como na incrível capacidade de retomada de crescimento econômico tão logo os empresários observem sinais de estabilidade", declarou em comunicado Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do conselho da Foton brasileira.

O financiamento obtido com o BNDES integra o aporte de R\$ 250 milhões que sustenta o plano da empresa para o mercado brasileiro. Deste total, R\$ 160 milhões irão para a construção da fábrica e o restante será destinado a uma nova área de desenvolvimento de produtos. Com 190 mil metros quadrados de área construída, a planta terá capacidade para fabricar 20 mil caminhões por ano.

"O terreno está pronto agora para receber as instalações industriais. Além disso, já temos os primeiros veículos da série pré-operacional, com elevado grau de componentes nacionais aprovados nos testes exigidos pelas autoridades", garante Mendonça de Barros.

PLANO ANTIGO

Antes de anunciar o novo panorama para o negócio da Foton no Brasil, Mendonça de Barros participou de reunião no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) nos últimos dias e apresentou o projeto ao governo federal.

Dessa forma, o executivo garantiu que o programa se mantenha dentro do escopo do Inovar-Auto, regime automotivo que impõe adicional de 30 pontos percentuais de IPI aos produtos de empresas não inscritas no programa.

O projeto de operação nacional da Foton já é antigo. A operação comercial da empresa no Brasil começou em 2011 e desde então existe o plano de produzir localmente.

Inicialmente o objetivo era inaugurar a fábrica em 2014, mas houve atraso e a segunda data anunciada foi o início de 2016.

Nesse período a empresa chegou a nomear os 34 fornecedores locais que garantirão os 65% de nacionalização que a Foton promete para os caminhões feitos no Brasil.

Entre os parceiros do projeto estão Cummins (motores), ZF (transmissão), Knorr (conjunto de freios), Sachs (embreagens), Maxion (chassis e rodas), Dana (eixos e cardan), Voss (conexões), Pirelli (pneus), Monroe (amortecedores), Bepo (tanque de combustível), Rassini (feixes de mola), Heliar (baterias) e ThyssenKrupp (barras estabilizadoras).

Fórum mostra que é imprescindível debater a corrupção

11/03/2016- Fonte: Agência Fiep



Sucesso de público com lotação máxima de duas mil pessoas, o 2º Fórum Transparência e Competitividade, promovido pelo Sistema Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) e pelo Centro Internacional de Atores Locais para a América Latina (Cifal) Curitiba, nesta quinta-feira (10), encerrou com um extenso conteúdo sobre o impacto da corrupção na competitividade e economia, e como ela deve ser combatida com eficiência pelo empresariado.

A última palestra, do juiz federal Sergio Moro, falou sobre a corrupção sistêmica existente no país, e de que forma ela gera impactos no desenvolvimento e na economia do Brasil – afastamento de investidores externos, que não vêm ao Brasil por ter de arcar com custos sistêmicos de propina, foram alguns dos exemplos citados pelo juiz.

Moro também ressaltou que “varrer esses problemas para baixo do tapete não é a alternativa nem econômica nem moralmente aceitável.

Se varrermos, daqui a dez anos vamos enfrentar uma crise pior, arcando com custos cada vez mais crescentes. Afastaremos o investidor externo, o empresário interno, além do impacto na nossa autoestima e na nossa democracia”.

O presidente do Sistema Fiep, Edson Campagnolo, avaliou a importância do evento. “Com este fórum mostramos a importância de as empresas se envolverem no combate à corrupção. Esperamos que ele seja uma luz para que as empresas percebam que existe um mercado ético pela frente e é preciso se ajustar a ele.

O bom exemplo começa em nossa casa e precisamos transportá-lo para nossas empresas, para evitar que práticas corruptas voltem a ocorrer dentro do mundo corporativo. O Sistema Fiep está engajado neste movimento e promoveremos outras ações para disseminar a importância do combater práticas corruptas junto ao setor industrial paranaense.”

Abertura

A primeira palestra, do jornalista William Waack, destacou diversos aspectos da crise política no país – o âncora do “Jornal da Globo”, professor da Universidade de São Paulo e Cientista Político formado pela Universidade de Mainz, declarou que “se sente em casa” na crise política brasileira.

“Medimos uma crise pela velocidade dos fatos, é o maior indicador da gravidade, e é o que estamos vivendo”.

Waack também pontuou que a corrupção não é o único fator responsável pela atual crise. “Ao desastre chegaríamos mesmo sem a roubalheira. Por trás do fracasso das principais políticas de crescimento, estão as ideias erradas”.

No painel “A gestão organizacional em face da corrupção”, a educação no ambiente empresarial foi tema recorrente entre os participantes, que abordaram algumas formas de combate aos desvios de conduta, desde a vigilância até a necessidade de melhorias pessoais, como apontou o gerente do Programa de Desenvolvimento Local do Instituto das Nações Unidas de Treinamento e Pesquisa (Unitar), Alex Mejía.

A tarde teve sequência com o debate “O sistema anticorrupção e a responsabilidade das empresas e gestores”. Um dos palestrantes, o professor da Universidade de São Paulo (USP), Modesto Carvalhosa, defendeu a quebra de interlocução entre empresas e agentes públicos para diminuir a corrupção.

O 2º Fórum Transparência e Competitividade teve o apoio da Unitar (United Nations Institute for Training and Research, Transparência Internacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Observatório Social do Brasil, ABIMCI, Instituto dos Advogados do Paraná (IAP), SIGEP, ABIGRAF-PR e da OAB Paraná.

Modernizar leis do trabalho é passo decisivo para o crescimento da economia

11/03/2016- Fonte: Agência CNI

A modernização das leis do trabalho removeria um dos principais obstáculos no caminho para a melhora do ambiente de negócios brasileiro. Nesse sentido, uma reforma trabalhista que privilegie a negociação coletiva é passo decisivo para estabelecer condições favoráveis ao investimento e ao crescimento da economia.

“Esse é um dos principais empecilhos que temos no ambiente institucional. Se avançarmos, um importante nó seria desatado”, disse Hélio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

A urgência de se promover a reforma trabalhista e seus reflexos na competitividade do Brasil foi tema de bate-papo, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta quinta-feira (10), em Brasília. Além de Zylberstajn, o encontro teve a participação da gerente-executiva de Relações de Trabalho da CNI, Sylvania Lorena, e foi mediado pelo editor-chefe do portal Jota.info, Iuri Dantas.

Dentre as prioridades de uma eventual reforma trabalhista, os debatedores consideraram prioritário que as negociações coletivas sejam reconhecidas e tenham força de lei. Isso permite, por exemplo, que empresas e empregados, por meio de seus sindicatos, ajustem condições de trabalho, como jornadas e local de trabalho, fora das amarras da legislação.

“Esse tipo de ajuste, feito de forma legítima, é muitas vezes anulado pela Justiça do Trabalho. Nossa legislação dá muito pouca margem para que as partes ajustem suas rotinas e negociar não significa passar por cima da lei”, observou Sylvania Lorena.

COMPETITIVIDADE – Zylberstajn mencionou os avanços da tecnologia das últimas décadas e as novas formas de trabalho – como trabalho remoto, pela internet – que surgiram.

Como há descompasso entre a legislação e a realidade, ele mostra-se preocupado sobre os efeitos de restrições previstas na lei sobre o avanço de setores avançados da economia. “Se a gente não acordar para a necessidade de ajustar nossa

regulamentação com o progresso da tecnologia, a gente corre o risco de perder atividades mais inovadoras para outros países, onde não há risco”, pontuou.

Para Sylvia Lorena, a experiência de países com legislações trabalhistas mais rígidas que realizaram reformas para adequar suas normas a novas formas de trabalho reforçam a necessidade de o Brasil seguir em direção semelhante.

“Hoje não se pode olhar as relações do trabalho sem conjugá-la com a competitividade do país, com a questão da produtividade e da sustentabilidade da empresa. Fazer a reforma pode criar condições para se criar mais e melhores empregos e aprimorar as condições de trabalho”, ponderou.

Brasil vende US\$1,5 bi em bônus de 10 anos na 1ª emissão sem grau de investimento

11/03/2016- Fonte: R7

O governo brasileiro emitiu nesta quinta-feira 1,5 bilhão de dólares em bônus de 10 anos, na primeira emissão soberana após o país perder o grau de investimento e garantindo um rendimento ao investidor de 6,125 por cento ao ano.

A emissão externa veio de surpresa, em meio a esperanças de mudança no governo brasileiro, envolvido em um escândalo de corrupção e diante de uma forte crise política e econômica.

Agentes do mercado disseram que o país provavelmente está agindo para criar uma nova referência que possa ajudar empresas brasileiras a voltar a emitir no mercado de dívida internacional.

"O mercado está praticamente fechado para empresas neste momento, então o governo quer garantir que haja uma referência", disse o gestor sênior de portfólios em mercados emergentes do Invesco, Sean Newman.

O Global 2026 carrega um cupom de 6 por cento e foi colocado por um preço de 99,066 por cento do valor de face.

O aumento da percepção de risco devido à perda do grau de investimento se traduziu na elevação do custo para o Brasil na emissão desta quinta-feira.

O spread em relação aos títulos de referência dos Estados Unidos na emissão do Global 2026 foi de 419,60 pontos básicos, quase três vezes acima dos 147 pontos básicos na última captação externa do governo federal, do bônus Global 2025, em setembro de 2014.

A deterioração das métricas de dívida do Brasil, em meio ao fraco desempenho fiscal em um ambiente de recessão e crise política, fez as três principais agências de classificação de crédito --Standard & Poor's, Fitch e Moody's-- tirarem do país o selo de bom pagador entre setembro passado e fevereiro deste ano.

Segundo uma fonte da equipe econômica, que falou sob condição de anonimato, a demanda pelo Global 2026 chegou perto de 6 bilhões de dólares.

A fonte confirmou que um dos principais motivos levados em consideração pelo governo brasileiro para voltar ao mercado internacional foi abrir as portas para emissões de empresas brasileiras.

A liquidação financeira da operação ocorrerá em 17 de março e os cupons serão pagos em 7 de abril e 7 de outubro de cada ano até o vencimento, em abril de 2026.

A emissão do Global 2026 foi liderada por Bank of America Merrill Lynch e JPMorgan.

EXCLUSIVO-Samarco prevê voltar a operar no 4º tri com capacidade reduzida

11/03/2016- Fonte: R7

A mineradora Samarco espera retomar a operação em Minas Gerais no quarto trimestre deste ano com quase dois terços da capacidade, devido a limitações para a captação de água e deposição de rejeitos, afirmou à Reuters o diretor-presidente da companhia, Roberto Carvalho, nesta quinta-feira.

A volta da mineradora é fundamental para a joint venture da Vale e da BHP Billiton pagar indenizações bilionárias acertadas com o governo federal, após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG), em novembro último.

Segundo Carvalho, a Samarco deverá retomar as atividades com capacidade limitada de produção de 19 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro por ano, ante as cerca de 30 milhões de toneladas anuais antes do acidente em Mariana.

Contudo, a retomada das operações ainda depende de autorizações do órgão ambiental de Minas Gerais (Semad) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

"Todo nosso esforço está voltado para o início da operação", afirmou o principal executivo da Samarco, na primeira entrevista concedida por ele como presidente na sede da empresa, em Belo Horizonte. Ele assumiu o cargo em janeiro.

A capacidade reduzida das operações, nos primeiros dois a três anos, disse Carvalho, ocorreria porque o desastre obstruiu uma das principais fontes de captação de água da Samarco. Além disso, também reduziu as possibilidades de deposição de rejeitos.

Um plano de longo prazo, para o retorno à capacidade máxima de operação, ainda dependerá de estudos a serem realizados pela companhia, da escolha de novos locais para depositar rejeitos, assim como de novas autorizações das autoridades.

A empresa iniciou no mês passado junto à Semad o processo de licenciamento ambiental para a retomada das atividades. Posteriormente, deverá entrar com pedido de suspensão de embargos levantados pelo DNPM após o colapso da barragem.

O rompimento da barragem foi considerado pelo governo federal a maior tragédia ambiental da história do Brasil, ao despejar uma onda gigante de lama que matou pelo menos 18 pessoas, deixou centenas de desabrigados e poluiu o importante Rio Doce, passando por diversas cidades até o mar do Espírito Santo.

Como reparações e compensações pelo desastre, a mineradora Samarco e suas controladoras acertaram pagamentos de até cerca de 12 bilhões de reais em vários anos, em acordo com o governo federal.

RETORNO AGUARDADO

Para a Samarco, o acordo realizado com o governo na semana passada trouxe mais segurança política para a empresa voltar a operar, apesar de o acordo não conter cláusulas relacionadas ao retorno da empresa.

"Uma vez ficando claro esse compromisso, o acordo (com o governo) tem esse poder de deixar claro, organizar a responsabilidade que a Samarco está demonstrando de refazer tudo que foi atingido de alguma forma", disse o executivo.

"Então, o próximo passo naturalmente vem essa questão de a empresa retomar a sua produção, não só para ter condições para arcar com todas as despesas decorrentes

desse acordo, como também cumprir com nossos compromissos", afirmou ele, lembrando que há clientes aguardando pelo retorno da mineradora ao mercado, mesmo em um cenário de preços baixos das pelotas.

"A gente tem conversado com todos os clientes, eles têm dado todo o apoio e estão aguardando o retorno da Samarco, por isso a gente precisa retornar mais rápido."

Funcionário da Samarco desde 1985, Carvalho destacou que tecnicamente a adequação das instalações no Complexo de Germano para o retorno das atividades é muito simples e demandaria de 90 a 120 dias.

"Não é um investimento alto (para voltar a produzir) porque não há nada complexo nessa instalação", disse.

Carvalho, que atuava como diretor comercial da companhia desde 2001, está no comando da Samarco em substituição a Ricardo Vescovi, que pediu afastamento do cargo no começo deste ano.

CAIXA SUFICIENTE PARA 2016

Segundo o executivo, a empresa tem caixa suficiente para fazer frente a todos os seus compromissos de 2016 e ainda investir para retornar à operação. Somente o acordo com o governo federal estipulou pagamentos de 2 bilhões de reais em 2016.

Possíveis aportes de suas acionistas (Vale e BHP) ou contratação de financiamentos não estão nos planos da empresa para este ano. O executivo evitou revelar os recursos que a empresa tem.

Formado em metalurgia, Carvalho afirmou que a empresa ainda tem reservas certificadas para operar por cerca de 50 anos, "operando" na capacidade máxima de cerca de 30 milhões de toneladas/ano.

Além disso, acredita que outros 50 anos de operação poderão ser garantidos a partir da certificação de outras reservas no local.

Índice de rentabilidade das exportações sobe 7,7% em janeiro, diz Funcex

11/03/2016- Fonte: R7

O índice de rentabilidade das exportações brasileiras, calculado pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), subiu 7,7% em janeiro na comparação com o mesmo mês do ano passado, para 91,1 pontos.

O indicador é calculado pela multiplicação da taxa de câmbio nominal média do mês (que no caso foi de R\$ 4,05) pelo índice de preço de exportação. O resultado é deflacionado pelo índice de custo de produção dos bens, medidos em reais. Na comparação de janeiro com dezembro, houve queda de 0,2%.

Segundo a Funcex, o crescimento anual na rentabilidade das exportações é resultado da significativa desvalorização do câmbio nominal (53,8%) ocorrida nesse período, contrabalançada, parcialmente, pela diminuição do preço das exportações (-20,6%) e pela elevação dos custos de produção (13,5%).

Esses custos, por sua vez, subiram em decorrência das elevações em todos seus componentes: custo dos insumos nacionais; dos insumos importados; e dos serviços e salários.

No primeiro mês de 2016, 24 dos 29 setores observados registraram elevação no índice de rentabilidade das exportações, na comparação anual.

As maiores altas foram em produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (40,9%); outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (39,3%); celulose, papel e produtos de papel (37,4%); pesca e aquicultura (36,4%); e indústrias diversas (31,0%).

Do outro lado, as baixas foram em extração de minerais metálicos (24,5%); extração de petróleo e gás natural (21,4%); bebidas (11,1%); derivados do petróleo, biocombustíveis e coque (1,8%); e produtos do fumo (1,1%). "No caso de minerais metálicos e petróleo, trata-se de setores que registraram quedas superiores a 40% nos preços de exportação, na comparação entre janeiro de 2016 e o mesmo mês do ano anterior", diz o órgão.

Considerando a cotação nominal média do dólar de R\$ 4,05 em janeiro, houve alta de 53,8% ante o mesmo mês de 2015. A taxa de câmbio real, deflacionada pelo IPA da FGV, teve desvalorização de 29,6%.

Esse é um dos principais fatores que têm impulsionado as exportações brasileiras nos últimos anos. A pesquisa Focus, do Banco Central, mostra projeção de saldo comercial positivo de US\$ 39,85 bilhões este ano, após o superávit de US\$ 19,68 bilhões em 2015. O Itaú, por exemplo, reviu hoje seu cenário macroeconômico para o Brasil e já prevê saldo de US\$ 50 bilhões na balança este ano.

A Funcex lembra que em janeiro as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 4,8 bilhões e, no acumulado dos últimos 12 meses, tiveram saldo negativo de US\$ 51,6 bilhões, equivalente a 2,94% do PIB. Os investimentos diretos no País (IDP, ex-IED), por sua vez, alcançaram US\$ 5,4 bilhões em janeiro e US\$ 74,8 bilhões em 12 meses.

Micro e pequenas empresas têm pior desempenho em faturamento desde 1998

11/03/2016- Fonte: R7

O desempenho das micro e pequenas empresas paulistas segue em declínio, tendência que vem se delineando há 13 meses. Em janeiro de 2016, o faturamento das MPEs caiu 20,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme aponta a pesquisa Indicadores Sebrae-SP, e a receita de R\$ 40,4 bilhões é o pior resultado para o mês desde que o levantamento começou a ser realizado, em 1998.

"Os pequenos negócios e microempreendedores individuais estão agonizantes. Mais de um ano no vermelho. Além de perder quase R\$ 11 bilhões de receita em janeiro, já não conseguem mais segurar o nível de emprego e de renda dos trabalhadores", afirma o presidente do Sebrae-SP, Paulo Skaf.

"A situação atingiu tal estado de deterioração que, neste momento, a perspectiva de retomada de crescimento está cada vez mais distante. É preciso rapidamente mudar as circunstâncias que vem afetando seriamente o cenário macroeconômico", completa.

Quando é analisado por setores, o faturamento dos pequenos negócios ligados a serviços amargou a maior perda, com uma queda de 25,5% na receita em janeiro, maior da série histórica da pesquisa, seguido pela indústria, que faturou 20,7% a menos no período. O comércio registrou retração de 05,5%.

Os Microempreendedores Individuais (MEIs) paulistas também foram afetados pela queda no consumo, apontada pelo Sebrae como a principal causadora da queda no faturamento. Na comparação com janeiro de 2015, o faturamento dos MEIs caiu 27,8%.

Pessimismo

Em fevereiro, apenas 25% dos empresários à frente de micro e pequenos negócios espera uma melhora no desempenho.

Apesar de baixo, o índice é maior que os 24% detectados no mesmo período do ano passado. Os microempreendedores individuais se mostram mais otimistas e 49% esperam aumentar o faturamento. Em fevereiro de 2015 eram 53%.

Fluxo de veículos cresceu 1% em fevereiro ante janeiro, com ajuste, diz ABCR

11/03/2016- Fonte: R7

Indicador antecedente com grande aderência aos índices de atividade do País, o fluxo de veículos pelas estradas pedagiadas brasileiras cresceu 1% em fevereiro comparativamente a janeiro, registrou o Índice ABCR, calculado pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e pela Tendências Consultoria Integrada. Os dados são dessazonalizados.

Destaque para o fluxo de veículos pesados, que no mesmo período cresceu 2,1%. A circulação de veículos pesados está diretamente ligada ao transporte de produtos industrializados manufaturados e intermediário. O movimento dos leves fechou com alta de 1,4%.

Na comparação com fevereiro do ano passado, o crescimento do fluxo total foi de 1,5%. As passagens dos pesados pelas praças de pedágio em fevereiro deste ano superaram em 1,2% as passagens do mesmo mês do ano passado. A movimentação dos leves cresceu 1,6% .

"Os dados de fevereiro nos mostram certa acomodação, em linha com outros indicadores, como o de confiança, que registrou estabilidade em fevereiro (após sequência negativa de retração). É importante considerar, no entanto, que na avaliação de fevereiro deste ano contra fevereiro de 2015, temos o efeito da greve dos caminhoneiros no ano passado", ressaltou o economista da Tendências Consultoria Integrada Rafael Bacciotti.

O economista pondera que os dados de fevereiro do ano passado registraram forte retração devido ao baixo movimento de caminhões durante a greve, especialmente no Estado do Paraná.

"Por isso, a base de comparação é muito baixa e a alta registrada em fevereiro deste ano deve ser lida com cautela. Ainda é muito cedo para falarmos em reversão de tendência. Tudo nos indica que seja um resultado positivo pontual considerando essa questão da base muito reduzida em fevereiro de 2015", analisa Bacciotti.

Na análise dos últimos doze meses, houve queda de 1,9% no movimento geral, redução de 5,1% no fluxo de pesados e de 0,9% no de leves. No acumulado do ano foi registrada queda de 2,1% no Índice Geral, de 4,6% no de pesados e de 1,4% no movimento de veículos leves.

"A avaliação dos últimos doze meses é especialmente importante porque nos mostra a tendência das séries, permitindo, inclusive, registrar que o Índice ABCR está em linha com outros indicadores, como renda, PIB e produção industrial", concluiu Bacciotti.

Região de Curitiba aceitará cartão de crédito em ônibus

11/03/2016- Fonte: Folha de S. Paulo

A região metropolitana de Curitiba deverá implantar até junho um sistema de pagamento de passagens de ônibus por aproximação do cartão de crédito ou de débito, sem necessidade de bilhete.

O sistema vai calcular descontos previstos pela rede de transportes, como o da interligação com linhas municipais, diz Lessandro Zem, presidente da Metrocard, que opera a bilhetagem na região.

Quem recebe vale-transporte, no entanto, não terá acesso ao sistema.

Desde agosto de 2015, já há um protótipo em operação: um cartão da Metrocard que pode ser usado no comércio com créditos pré-pagos.

A tecnologia já é aplicada na rede de transportes de Londres, afirma Gilberto Caldart, presidente da Mastercard para América Latina e Caribe. A empresa participou do desenvolvimento do sistema.

O modelo deverá ser levado a mais três regiões do país neste ano, mas os contratos ainda não foram assinados, segundo a Mastercard.

Ainda na região, a Urbs, que controla as linhas municipais de Curitiba, vai lançar nas próximas semanas uma licitação para um sistema de identificação por biometria facial, para evitar fraudes.

A tecnologia já é usada por 220 mil isentos de cobrança.

"Os custos públicos vão cair. O fornecedor cuidará da atualização e da manutenção", diz o presidente da Urbs, Roberto da Silva Junior.

O pagamento da contratada deverá ficar abaixo dos R\$ 800 mil mensais hoje gastos pela Urbs no sistema.

R\$ 35 milhões

é a receita mensal bruta da Metrocard na zona metropolitana

R\$ 3,70

é o preço mínimo da passagem

1,7 MILHÕES

são transportados pelas linhas municipais da Urbs por dia útil

250

linhas de ônibus municipais

Decisão da Justiça dos EUA deve ampliar ação contra Vale

11/03/2016- Fonte: Folha de S. Paulo



O juiz americano Gregory Woods autorizou ampliação do período que considera a compra de ADRs (recibos de ações negociados nos Estados Unidos) da Vale na ação que questiona informações prestadas pela mineradora após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG).

Inicialmente o processo considerava um período de março a novembro do ano passado. Agora, investidores que compraram ADRs de novembro de 2013 a novembro de 2015 poderão entrar na ação coletiva.

A decisão tende a complicar um pouco mais a situação da Vale, que, segundo o analista Pedro Galdi, da Galdi Consultoria, deve continuar lutando para tirar a sombra de Mariana por um bom tempo.

"Deve, sim, entrar mais gente na ação e isso certamente será mais custoso para a Vale. Essa decisão faz com que mais gente vá para cima da empresa", disse o analista.

No documento assinado por Woods, os fundos de pensão Alameda County Employees' Retirement (Acera) e Orange County Employees Retirement System (Ocers), ambos da Califórnia, passam a liderar a ação e afirmam que o novo período é mais inclusivo.

As duas instituições alegam que perderam US\$ 15 milhões com a queda das ações da companhia após o acidente. Na ação, reclamam que a Vale omitiu informações sobre o uso da barragem de Fundão.

"A Corte acredita que o uso de um período mais longo, e mais inclusivo, é próprio para os propósitos da moção presente, pois pode englobar mais danos e investidores", diz o juiz.

Por enquanto, não se tem ideia do ônus adicional que a empresa pode sofrer com a ampliação do período de apuração, na opinião de Galdi. "Todos se sentem lesados. A justiça dos Estados Unidos não é igual a nossa, mas até agora não temos nada palpável. Difícil falar quanto quem vai ganhar ou perder", completou.

O juiz também decidiu unificar em um único processo todas as ações contra a mineradora nos país em consequência do rompimento da barragem da Samarco. A Vale é uma das controladoras da Samarco, junto com a BHP Billiton.

A Vale informou que ainda vai avaliar a medida.

IBGE: volume de serviços prestados cai 5% em janeiro, pior resultado para o mês

11/03/2016- Fonte: Isto É Dinheiro

O volume de serviços prestados recuou 5,0% em janeiro de 2016 ante igual mês de 2015, já descontados os efeitos da inflação, informou na manhã desta sexta-feira, 11, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi o décimo resultado negativo consecutivo e o pior desempenho para o mês de janeiro dentro da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Em dezembro de 2015 ante dezembro de 2014, a redução havia tido a mesma magnitude, de 5,0%.

Desde outubro de 2015, o órgão divulga índices de volume no âmbito da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). Antes disso, o IBGE anunciava apenas os dados da receita bruta nominal, sem tirar a influência dos preços sobre o resultado.

Por esse indicador, que continua a ser divulgado, a receita nominal caiu 0,1% em janeiro ante igual mês de 2015. Com o resultado de janeiro, o volume de serviços prestados acumulou queda de 3,7% no acumulado em 12 meses.

A série da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) foi iniciada em janeiro de 2012. Ainda não há dados com ajuste sazonal (que permitem a análise do mês contra o mês imediatamente anterior), porque, segundo o IBGE, a dessazonalização requer a existência de uma série histórica de aproximadamente quatro anos.

Segmentos

Todas as atividades que integram a Pesquisa Mensal de Serviços registraram queda no volume prestado em janeiro na comparação com o mesmo mês do ano anterior, informou o IBGE.

Os Serviços prestados às famílias recuaram 4,1%, enquanto os Serviços de informação e comunicação tiveram redução de 2,1%. Os Serviços profissionais, administrativos e complementares despencaram 9,1%.

Já os Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio encolheram 5,8%. A categoria "Outros serviços" - que inclui atividades imobiliárias, manutenção e reparação, esgoto e coleta de lixo, serviços auxiliares financeiros, etc. - teve perda de 7,9%.

O agregado especial das Atividades turísticas teve aumento de 0,5% em janeiro, após ter recuado em dezembro (-1,6%) e novembro (-1,9%).

Indústria vê continuidade da ociosidade e baixo crescimento

11/03/2016- Fonte: G1

O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas, recuou 12,3 pontos no primeiro trimestre deste ano ante mesmo período de 2015. O índice atingiu 72,6 pontos, mínimo da série iniciada no terceiro trimestre de 2012.

O indicador mede a disseminação do ímpeto de investimento das empresas industriais. Indicadores abaixo de 100 pontos decorrem da incidência de mais empresas prevendo diminuir investimentos que aumentar nos 12 meses seguintes.

No primeiro trimestre, 16,8% das empresas estão prevendo investir mais nos 12 meses seguintes, e 44,2% prevendo investir menos. No trimestre do ano anterior, esses percentuais haviam sido de 15,7% e 30,8%, respectivamente.

"A queda do indicador de Intenção de Investimentos no primeiro trimestre de 2016 mostra que a indústria ainda não vislumbra, até o final deste ano, uma mudança expressiva no quadro de ampla ociosidade e baixo crescimento. O resultado reflete também a elevada incerteza com o ambiente político", afirma Aloisio Campelo Jr., superintendente adjunto para ciclos econômicos do FGV/IBRE.

Dassault Systèmes lança nova solução para indústria de Bens de Consumo e Varejo

11/03/2016- Fonte: CIMM

A Dassault Systèmes, a empresa 3DExperience, líder mundial em software de projeto 3D, 3D Digital Mock Up e Product Lifecycle Management (PLM), anuncia o lançamento da "Perfect Production" – a quarta solução para indústrias de Bens de Consumo e Varejo.

A solução já está sendo oferecida no Brasil e, baseada na plataforma 3DExperience, a "Perfect Production" ajudará fabricantes globais a modernizar e melhorar eficiência, produtividade e flexibilidade da fábrica com um poderoso aplicativo de gestão de operações de produção.

Em um mercado competitivo, fabricantes de alimentos, bebidas, tabaco, produtos de beleza, produtos de saúde, fornecedores de embalagens e de insumos enfrentam enormes desafios para atender a demanda do consumidor.

Novos produtos devem ser entregues sem comprometer a qualidade, o que representa um desafio de eficiência às grandes empresas. A combinação de produtos, os diferentes materiais e os requisitos de conformidade devem ser geridos envolvendo múltiplas fábricas, geografias e fornecedores.

A nova solução da Dassault Systèmes endereça as complexidades produtivas que afetam os grandes fabricantes de bens de consumo, ajudando-os a alcançar um novo padrão de excelência de produção.

Introduzindo o conceito de um gêmeo virtual à produção, a "Perfect Production" fornece visibilidade em tempo real, controle e sincronização dos processos de fábricas e fornecedores.

Os fabricantes podem estabelecer um conjunto comum de padrões operacionais para gerenciamento holístico e global, enquanto melhoram continuamente e atendem as necessidades do mercado local e dos clientes.

"A indústria de bens de consumo tem uma das mais altas complexidades de negócios de qualquer indústria, e isto no contexto de um mercado volátil, onde 80% dos novos produtos falham em seu primeiro ano. Com a 'Perfect Production', as empresas podem melhorar a eficiência, reduzir os custos e acelerar o lançamento de novos produtos. Alguns dos nossos clientes já economizaram milhões e viram o crescimento dos três dígitos entre seu mix de produtos e mercados, devido a operações mais simples", diz Philippe Loeb, Vice-Presidente da Indústria de Bens de Consumo Embalados e Varejo da Dassault Systèmes.

A "Perfect Production" oferece aos grandes fabricantes de bens de consumo embalados:

- Introdução acelerada de novos produtos e redução dos custos de qualidade a partir da fabricação sem papel que sincroniza dados com o chão de fábrica e permite melhorias no processo;
- Redução do inventário e aumento do rendimento da produção de matérias-primas, componentes e produtos semiacabados, sincronizados com a produção, inspeção de qualidade e processos de manutenção de equipamentos;
- Integridade da marca e uma experiência consistente do consumidor a partir da gestão uniforme e precisa de todos os processos operacionais para múltiplas marcas e regiões dentro e entre as fábricas, com a flexibilidade de adaptação aos requisitos locais;
- Fluxo de informação sincronizado e coordenado, a partir de uma única versão real entre fornecedores, armazéns e produção;
- Rápido reconhecimento e correção de problemas de qualidade, por meio de uma cadeia de fornecimento dinâmica para a solução de questões de colaboração, antes que os problemas se intensifiquem.

Juro do cartão volta a subir e chega a 419,6%

11/03/2016- Fonte: EM.com



O medo da inadimplência frente a um cenário econômico duvidoso, o aumento do desemprego e o baixo crescimento econômico levaram as instituições financeiras a aumentarem suas taxas de juros na tentativa de compensar prováveis perdas.

Os juros das operações de crédito voltaram a ser elevados em fevereiro de 2016, com a segunda elevação no ano e a 17ª alta consecutiva, segundo levantamento divulgado ontem pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac).

Para pessoas físicas, a taxa média geral alcançou 145,46% ao ano – a maior desde fevereiro de 2005, quando ficou em 146%. No cartão de crédito os juros foram de 419,6% ao ano em fevereiro. A taxa é a maior desde outubro de 1995, quando estava em 459,53% ao ano.

E, como era de se esperar diante das incertezas políticas e econômicas do país, todas as modalidades de crédito para a pessoa física pesquisadas pela Anefac mostraram alta em fevereiro.

No comércio, os juros passaram de 92,29% para 94,49%. No financiamento de automóveis, a taxa subiu de 31,37% ao ano em janeiro para 31,68% em fevereiro. Já o empréstimo pessoal ficou mais caro tanto em bancos (de 69% para 70,17%) quanto em financeiras (de 155,76% para 157,47%).

Diante do aperto, muitos consumidores estão freando as compras parceladas, tanto é que apesar de uma alta de 9% no último trimestre de 2015 sobre o ano anterior, houve uma desaceleração nas transações do cartão de crédito.

Em meio a isso, os bancos, agora, enfrentam um novo desafio: o Nu Bank, uma startup brasileira que oferece um cartão de crédito sem anuidade ou tarifa, promete taxas de juros menos cortantes do que os cartões tradicionais, e para qual há, atualmente, 400 mil pessoas na lista de espera para adquiri-lo.

ALTERNATIVA Em janeiro, o Banco Central (BC) divulgou que a taxa de juros do rotativo do cartão de crédito encerrou o ano de 2015 subindo 16,1 pontos percentuais de novembro para dezembro, quando atingiu 431,4% ao ano.

O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão e, essa segundo o Banco Central, é a modalidade com taxas de juros mais alta na pesquisa.

É nesse ponto que o Nubank vem sendo o cartão mais cobiçado. Isso porque as taxas de juros aplicadas pelo novo cartão ao cliente que prefere financiar sua fatura é de, no máximo, 7,75% ao mês. Além disso, não há anuidade (que em outros bancos pode chegar a R\$ 300), outras tarifas e a promessa é de que a burocracia não exista.

A diferença dos valores cobrados chama a atenção dos órgãos de defesa do consumidor que, conforme constatou o Estado de Minas, ainda desconhecem a novidade. "Com essa taxa de juros e sem anuidades e tarifas, acredito que se trata de um cartão que traz um novo cenário para o país.

Mas o consumidor tem que se informar para ver se, vale ou não, a pena", palpita a coordenadora institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Maria Inês Dolci. A pedido do EM, tanto a Proteste quando o Procon de BH verificaram as reclamações referentes a esse cartão e, de acordo com as duas entidades, não há nenhuma queixa até o momento.

A reportagem procurou os principais bancos do país para comentar sobre as estratégias que traçam, neste momento, para segurar seus clientes no cartão de crédito que oferecem.

Porém, nenhuma das instituições financeiras se pronunciou. De acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira de Cartões de Crédito (Abecs), Ricardo Vieira, até o terceiro trimestre do ano passado, as compras pagas com cartões de débito e de crédito no Brasil movimentaram R\$ 1,05 trilhão em 2015 e cresceram 9% sobre o ano

anterior. "Há uma desaceleração porque crescíamos de 17% a 18% ao ano. Mas isso se deve à situação do país", comenta.

Frustração de cliente gera oportunidade para novos negócios

O Nubank, apesar do nome não é um banco, e sim uma instituição de pagamentos. A startup é comanda pelo engenheiro David Vélez, fundador e CEO da Nubank, e a ideia, segundo a empresa, surgiu da oportunidade observada no setor de serviços financeiros de que "os consumidores brasileiros sentem frustração frequente com seus bancos sem entender as tarifas cobradas e sem querer usar as agências.

" A plataforma surgiu graças ao primeiro grande investimento de risco do fundo Sequoia Capital no Brasil. Outros que apostaram na Nubank foram o Kaszek Ventures e o empreendedor Nicolas Berggruen. No total foi colocado um montante de US\$ 14,3 milhões (R\$ 34,2 milhões) na startup.

De acordo com assessoria de imprensa da Nubank, também foi percebido que no Brasil há os juros mais altos do mundo em cartão de crédito. Assim, em 2014, foi lançado o produto que tem a bandeira MasterCard Platinum internacional, aceito em 30 milhões de estabelecimentos no mundo. O novo dinheiro de plástico está em 27 estados do Brasil e foi usado mais de 8 milhões de vezes em 140 países ao redor do mundo.

O cartão que, inclusive, é roxo, é 100% digital. Isto é: o cliente precisa ter um smartphone e baixar o aplicativo do Nubank (disponível para celulares IOS e Android). O interessado preenche um cadastro, ativa suas contas, bloqueia e desbloqueia o cartão, visualiza todas as suas compras em tempo real, gera boleto de pagamento da fatura e ajusta o limite do seu cartão, tudo pelo celular.

A startup não divulga quantos usuários já tem, mas diz que mais de 2 milhões de pessoas solicitaram o cartão (o número inclui as pessoas que tiveram seus pedidos negados, pessoas que estão na lista de espera e pessoas que têm o cartão). Aproximadamente 80% dos usuários têm menos de 35 anos (geração Y), são das classes A/B.

EXPERIÊNCIA A publicitária Gabrielle Rodrigues, de 30 anos, entra nessa lista. Há um ano, ela soube do cartão e resolveu testar. "Meu irmão comentou comigo sobre as vantagens dessa novidade e me enviou um convite da Nubank, fiz a solicitação e, em duas semanas, estava com o cartão", comenta.

Pelo processo da startup, é possível solicitar o dinheiro de plástico via site ou através de indicações de outros usuários. Mas todos os pedidos precisam passar por uma análise interna de crédito, o que pode demorar.

Atualmente, segundo a empresa, 400 mil pessoas esperam por um cartão e a demora tem a ver com a análise feita do nome e CPF do interessado, além histórico de consumo, crédito e pagamentos do solicitante.

Gabrielle conta que, primeiro, fez a solicitação por curiosidade. "Já que não era vinculado a nenhum banco e só tinha que dar meu CPF, arrisquei. No cartão, você pode solicitar o aumento do seu limite de crédito a qualquer hora, comecei com R\$ 1, 7 mil e não tenho interesse de aumentar. A publicitária conta que as facilidades e transparência nas faturas foram o que mais lhe atraiu.

Apesar de as entidades de defesa do consumidor não conhecerem tanto o novo cartão, especialistas em finanças o consideram de baixo risco. Segundo afirma o professor de finanças do Ibmec, Ricardo Couto, a experiência com o Nubank ainda é pouca no país, mas a sua vantagem é o modelo de negócio tão diferente dos cartões tradicionais.

"Primeiro que não há uma agência física, há uma abordagem mais digital e não há tarifas. Tudo isso causa uma concorrência que os bancos até então não tinham", diz.

Enquanto isso...

...Justiça decide por gratuidade

O Superior Tribunal de Justiça decidiu nessa quinta-feira (10)ontem que todas as operadoras de cartão de crédito no Brasil são obrigadas a disponibilizar atendimento telefônico gratuito aos consumidores pelo sistema 0800. A ação proposta em 2002 pelo escritório Malheiro Chaves e Borges, de Belo Horizonte, tem validade em todo o território nacional. "Os ministros perceberam que foram induzidos a erro após uma enxurrada de recursos feitos por todas as operadoras, como se já estivessem oferecendo o serviço gratuitamente", conta a advogada Magna Borges Santos, que representa o escritório mineiro no recurso impetrado no STJ.

UIT dá mais poder para Anatel limitar valores de roaming internacional

11/03/2016- Fonte: EM.com

Uma nova recomendação da União Internacional de Telecomunicações (UIT), aprovada no começo deste mês, deu mais poder para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) firmar acordos com outros reguladores internacionais para enquadrar os preços cobrados pelas operadoras nos serviços de roaming internacional de voz e dados. Na prática, tratados bilaterais sem a participação das empresas poderão estabelecer limites para os valores cobrados de usuários em viagens ao exterior.

Até hoje, sempre que a Anatel buscou acordos com órgãos reguladores de outros países para tratar da questão dos altos preços cobrados no roaming internacional, as companhias que atuam nos dois países foram chamadas para participar das discussões.

Mas, com a nova recomendação da UIT - colegiado vinculado à Organização das Nações Unidas -, os reguladores foram encorajados a celebrar acordos bilaterais e regionais independentemente da colaboração das teles. Ou seja, os órgãos terão mais poder para enquadrar as companhias que pratiquem preços abusivos ou inacessíveis aos usuários.

"A recomendação da UIT é bem clara e detalhada, e inclusive traz a definição do conjunto de metodologias que devem ser utilizadas para a determinação de preços de roaming acessíveis. E agora a regulação conjunta entre os órgãos de dois países será suficiente", explicou o gerente geral de monitoramento das relações entre prestadoras da Superintendência de Competição da Anatel, Abraão Balbino e Silva.

Na prática, um preço teto para roaming determinado pela Anatel apenas determinará o máximo que as prestadoras do País poderão cobrar de usuários estrangeiros em solo nacional. Por isso é necessária uma regulação recíproca de um regulador internacional para determinar uma cobrança equivalente dos turistas brasileiros naquele país.

"Normalmente, países que enviam mais turistas para o exterior estão mais propensos a procurarem acordos bilaterais dessa natureza. Já países que recebem mais visitantes muitas vezes têm no roaming internacional uma fonte importante de receitas. É mais provável que realizemos acordos com países cuja troca de turistas com o Brasil seja mais equilibrada", destacou Silva.

Por isso, dificilmente o Brasil teria um acordo sobre a questão com os Estados Unidos nos próximos anos. De acordo com Silva, entretanto, a nova recomendação da UIT pode acelerar iniciativas já em andamento por parte da Anatel, com nações sul-americanas e países de língua portuguesa, por exemplo.

"Com o crescimento do uso de dados, o roaming internacional com preços acessíveis é uma necessidade cada vez maior. Esse é um caminho para diminuir o preço desses serviços", completou.

A UIT também aprovou novas recomendações sobre temas polêmicos que têm movimentado os mercados de telecomunicações ao redor do mundo. Uma delas encoraja os países a implementarem pontos de troca de tráfego regionais para a redução dos custos de conectividade internacionais. O órgão também recomendou que iniciativas de universalização de serviços levem em conta justamente a questão da conectividade global.

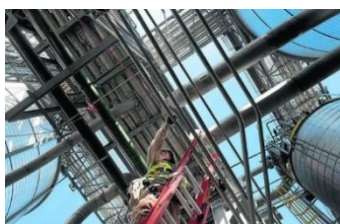
Já a forma de tratamento dos chamados serviços "over the top" (OTTs), como o Netflix, não teve consenso entre os países e entidades participantes da reunião da UIT.

Enquanto países emergentes defenderam que esses serviços sejam submetidos ao mesmo grau de regulação das teles quando prestarem o mesmo tipo de serviço, países desenvolvidos capitaneados pelos EUA se posicionaram contra e preferiram adiar essa discussão.

Já a Anatel, que se manteve neutra na discussão internacional, defende internamente a progressiva desregulação das teles, ao invés do enquadramento dos provedores de conteúdo.

Abengoa negocia plano de socorro com credores

11/03/2016- Fonte: O Estado de S. Paulo



Proposta da Abengoa recebeu apoio de credores que representam 40% da dívidaA endividada elétrica espanhola Abengoa anunciou ontem que fechou uma primeira versão de um plano de socorro com credores para reduzir a dívida e injetar dinheiro novo na companhia, na mais recente tentativa de evitar o que seria a maior falência de uma empresa na Espanha.

A companhia, fundada há 70 anos como um negócio de engenharia em Sevilha, tomou grandes dívidas para expandir-se rumo ao setor de energia limpa, mas iniciou um processo preliminar de recuperação judicial no ano passado, quando os credores SE recusaram a prorrogar financiamentos à empresa.

Pela proposta, os credores emprestariam até x 1,8 bilhão (US\$ 2 bilhões) à Abengoa ao longo de um período de cinco anos, o que daria a eles direito a uma participação de 55% na companhia reestruturada, disse a Abengoa em comunicado.

Ao mesmo tempo, cerca de 70% das dívidas existentes seriam convertidas em capital, dando aos credores direito a 35% da empresa, afirmou a Abengoa.

Uma fonte próxima às conversas com os credores disse à Reuters na quarta-feira que a maior parte do crédito para a companhia poderá vir dos detentores de títulos, enquanto o total restante seria injetado pelos bancos.

A proposta em negociação já recebeu o apoio de credores que representam cerca de 40% da dívida, disse a fonte, mas convencer os outros 35% necessários para aprovar o plano de socorro pode ser difícil antes de 28 de março, prazo final para a companhia espanhola evitar um processo de insolvência.

Os atuais acionistas, incluindo o majoritário e membro da família fundadora da empresa, Felipe Benjumea, irão ter a fatia diluída para 5% da companhia reestruturada, conforme esse acordo, disse a Abengoa.

Brasil. A notícia foi recebida com cautela pelo governo brasileiro. Há dúvidas de que a solução encontrada pela empresa fora do País tenha capacidade de eliminar o emaranhado financeiro e administrativo em que a Abengoa se meteu no Brasil, comprometendo a operação de grandes projetos de geração nos próximos meses.

No País, a Abengoa detém principalmente linhas de transmissão em operação e em implementação, sendo que todas obras foram paralisadas no final do ano passado, quando a matriz iniciou o processo preliminar de recuperação judicial.

Internamente, o governo tem estruturado caminhos jurídicos para acessar as obras abandonadas pela empresa e repassá-las para outros investidores. A intervenção direta nos lotes de linhas de transmissão é uma das alternativas analisadas.

A maior preocupação do governo é encontrar um comprador para concluir as obras do chamado "linhão pré-Belo Monte", um projeto de 1.854 km de extensão. Estimado em R\$ 1,3 bilhão, o contrato foi vencido pelos espanhóis da Abengoa no fim de 2012, com o compromisso de ser entregue em fevereiro passado.

Intenção de investimentos da indústria recua

11/03/2016- Fonte: Diário do Comércio

O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria recuou 12,3 pontos no primeiro trimestre de 2016 em relação ao trimestre imediatamente anterior, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice atingiu 72,6 pontos, o menor patamar da série histórica, iniciada no terceiro trimestre de 2012.

"A queda do indicador de Intenção de Investimentos no primeiro trimestre de 2016 mostra que a indústria ainda não vislumbra, até o final deste ano, uma mudança expressiva no quadro de ampla ociosidade e baixo crescimento.

O resultado reflete também a elevada incerteza com o ambiente político", avaliou, em nota, o superintendente adjunto para Ciclos Econômicos do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), Aloisio Campelo Júnior.

No primeiro trimestre de 2016, apenas 16,8% das empresas preveem investir mais nos 12 meses seguintes, contra uma fatia de 15,7% registrada no ano anterior. Na direção contrária, 44,2% das empresas preveem investir menos nos 12 meses seguintes, contra os 30,8% registrados no trimestre anterior.

O Indicador de Intenção de Investimentos mede a disseminação do ímpeto de investimento das empresas industriais, com objetivo de antecipar tendências econômicas. A FGV explica que o indicador abaixo do patamar de 100 pontos decorre da existência de mais empresas prevendo diminuir investimentos do que aumentá-los nos 12 meses seguintes.

Minério de ferro recua de novo na China com queda do aço

11/03/2016- Fonte: DCI

Os preços do minério de ferro no mercado à vista da China recuaram pelo terceiro dia consecutivo nesta sexta-feira, após tocarem máxima de quase nove meses na terça-feira, acompanhando um recuo nos preços do aço.

Muitos analistas questionaram os ganhos, citando a continuidade dos riscos de desaceleração da economia chinesa e da demanda por aço, cujo consumo caiu pelo segundo ano consecutivo em 2015.

"Nós entendemos que a força dos preços do minério de ferro tem vida curta, já que os fundamentos permanecem fracos", disseram analistas do Australia and New Zealand Banking Group em um relatório.

Os contratos futuros do vergalhão de aço na bolsa de Xangai recuaram 2,89 por cento nesta sexta.

O minério de ferro com entrega imediata no porto de Tianjin na China caiu 2,3 por cento nesta sexta-feira, para 56,10 dólares por tonelada, e acumula queda de 11,4 por cento desde atingir o pico de 63,3 dólares na terça-feira, segundo dados do The Steel Index (TSI).

"Eu sinto que os preços vão recuar ainda mais, após uma alta tão rápida. Os negociantes de aço compraram um grande estoque de aço nos últimos meses", disse um operador de minério de ferro de Cingapura.

Nippon e Techint apresentam propostas diferentes para aumento de capital na Usiminas

11/03/2016- Fonte: DCI

A siderúrgica Usiminas informou que o grupo Nippon Steel e o grupo Techint, controladores da empresa, apresentaram propostas de aumento de capital da companhia, com intenção de subscreverem ações até o limite de 1 bilhão de reais e 500 milhões de reais, respectivamente.

A Usiminas citou correspondência da Nippon afirmando que o grupo vê o aumento de capital como uma medida essencial para uma negociação bem sucedida com os credores da companhia sobre a reestruturação de sua dívida e a concessão de congelamento de dívidas para renegociar alongamento.

A Reuters havia antecipado nesta semana que o grupo japonês proporia o aumento de capital de cerca de 1 bilhão de reais e estaria disposto a bancar sozinho a injeção de recursos.

Por sua vez, o grupo ítalo-argentino Techint, que atua na Usiminas por meio da controlada Ternium, comunicou à siderúrgica que estaria preparado para subscrever as ações num aumento de capital até 500 milhões de reais. Isso estaria condicionado à distribuição de pelo menos 600 milhões de reais à Usiminas de recursos mantidos no caixa da Mineração Usiminas para dar suporte à companhia.

A Ternium também disse que os principais credores teriam que concordar em reestruturar a dívida da companhia e conceder um congelamento das dívidas por prazo razoável.

A Usiminas reiterou que não há qualquer decisão tomada a respeito do eventual aumento de capital e que a questão será discutida na reunião do Conselho de Administração convocada para esta sexta-feira.

Nippon e Techint têm travado há meses uma dura disputa em torno do controle da gestão da siderúrgica brasileira.

Uma decisão sobre o aumento de capital deveria ter sido tomada em meados de fevereiro, mas o Conselho da Usiminas acabou adiando a votação sobre o assunto para

esta sexta-feira, em meio a discordâncias dos dois grupos sobre a forma e o valor da injeção de capital.

As negociações com os bancos credores ainda estão em curso, de acordo com a siderúrgica. Os principais credores exigiram comprometimento financeiro dos controladores para renegociar ou congelar as dívidas, exigindo valor mínimo de aumento de capital de 1 bilhão de reais.

A Usiminas tem vencimentos de 1,9 bilhão de reais este ano e caixa de cerca de 2 bilhões de reais. A empresa encerrou 2015 com geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Editado, na sigla em inglês) negativa em 2,318 bilhões de reais.

As ações da Usiminas abriram em forte alta nesta sexta-feira, com o papel preferencial avançando mais de 8 por cento e o ordinário em alta de mais de 12 por cento.

Volume de serviços cai 5% em janeiro, 10ª queda seguida

11/03/2016- Fonte: Reuters

As atividades de transportes e serviços profissionais registraram as perdas mais fortes em janeiro e arrastaram consigo o setor de serviços para um início de ano fraco como reflexo da debilidade econômica generalizada no país.

O volume do setor de serviços caiu 5,0 por cento em janeiro na comparação com o mesmo mês do ano anterior, de acordo com os dados divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado representa a 10ª taxa negativa seguida e o pior resultado para janeiro na série iniciada em 2012, sem alterações à vista no ritmo em que terminou 2015, quando registrou o primeiro resultado negativo anual.

"A queda do setor de serviços se justifica pela conjuntura e pela necessidade de se cortar ou adiar gastos e investimentos. Isso repercute em menor contratação dos mais diversos serviços", explicou o coordenador da pesquisa no IBGE, Roberto Saldanha.

O primeiro mês do ano ficou marcado principalmente pelas quedas de 5,8 por cento no volume total da atividade de Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio sobre o mesmo mês de 2015, e de 9,1 por cento de Serviços profissionais, administrativos e complementares.

Ambos tiveram impacto de -1,7 ponto percentual cada sobre a taxa do mês.

Já o volume do chamado agregado especial Atividades turísticas, considerado pelo IBGE como um item à parte por repetir serviços já avaliados em outras atividades, apresentou avanço de 0,5 por cento em janeiro, após recuo de 1,6 por cento em dezembro.

O cenário para o setor neste início de ano permanece o mesmo, com confiança baixa tanto de consumidores quanto de empresários. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que seu índice de confiança do setor de serviços recuou em fevereiro, com piora tanto da percepção atual quanto das expectativas.

Já o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) mostra que a atividade do setor de serviços no Brasil despencou com força em fevereiro e foi ao nível mais baixo na história da pesquisa.

O que antes já foi ponto de destaque na economia brasileira, os serviços recuaram 2,7 por cento em 2015, contribuindo para a contração de 3,8 por cento do Produto Interno Bruto brasileiro no ano passado.

Porsche desafia Tesla na batalha por carro elétrico

11/03/2016- Fonte: Exame



A Porsche está estudando propostas da Panasonic e da Robert Bosch para uma bateria de longo alcance em um momento em que se prepara para desafiar a Tesla Motors com um carro esportivo totalmente elétrico, segundo pessoas informadas sobre o assunto.

Os custos do pacote oferecido pela vizinha de cidade Bosch seriam mais elevados que os da tecnologia concorrente de seu par japonês Panasonic, que fornece baterias à Tesla, disseram as fontes, que pediram anonimato porque as negociações são confidenciais. A vantagem da oferta da Bosch seria a logística menos complexa.

“Estamos no estágio final de tomada de decisão”, disse o CEO da Porsche, Oliver Blume, em entrevista na semana passada no Salão Internacional do Automóvel de Genebra. Ele preferiu não comentar sobre as fornecedoras que estão sendo consideradas.

A unidade da Volkswagen, maior fabricante de veículos da Europa, separou 1 bilhão de euros (US\$ 1,1 bilhão) para a fabricação de seu primeiro carro esportivo movido a bateria em dezembro.

O veículo faz parte do impulso maior da empresa controladora para focar mais em carros híbridos e elétricos de baixa emissão. A Volkswagen acelerou seus esforços elétricos depois que admitiu, seis meses atrás, que havia fraudado testes de emissões dos carros a diesel.

O CEO da Audi, Rupert Stadler, disse há uma semana que a empresa, outra unidade da Volkswagen, comprará baterias para seus veículos elétricos das fornecedoras coreanas LG Chem e Samsung Electronics, que têm planos em andamento para começar a produzir células de bateria na Europa.

Investimento em elétricos

Com o escândalo da Volkswagen colocando o futuro do diesel no longo prazo em dúvida, outras fabricantes de veículos também estão se voltando para os carros elétricos. A Mercedes-Benz, da Daimler, disse na semana passada que investirá 500 milhões de euros na construção de uma segunda fábrica de baterias na Alemanha porque espera uma aceleração da demanda.

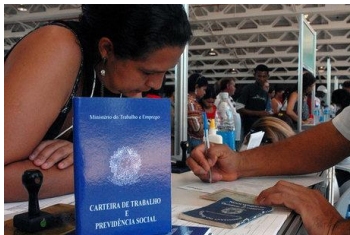
O carro esportivo elétrico da Porsche será baseado no Mission E, um conceito baixo exibido no Salão do Automóvel de Frankfurt há seis meses. Previsto para ser produzido perto da sede alemã da fabricante, em Stuttgart, o novo modelo criará cerca de 1.000 empregos.

Um porta-voz da Porsche fez menção à conferência anual de lucros da marca, programada para a manhã desta sexta-feira, e preferiu não comentar

antecipadamente. A Bosch preferiu não comentar. Yayoi Watanabe, porta-voz da Panasonic, preferiu não comentar.

Mercado de trabalho tem desigualdade entre mulheres, mostra Ipea

11/03/2016- Fonte: R7



Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) fez um estudo sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho. O trabalho afirma que, além das desigualdades entre homens e mulheres, “muito há que se dizer sobre as desigualdades existentes entre as próprias mulheres”.

Entre as observações feitas pelo Ipea, a própria presença das mulheres no mercado de trabalho não se deu de forma igualitária, apesar de não haver dúvidas de que as mulheres, em especial a partir da década de 1970, adentraram com bastante força no mercado de trabalho.

— Para as mulheres negras, por exemplo, submetidas a condições de vida significativamente mais precárias, a “alternativa” de manter-se fora do mercado apresentou-se com muito menos intensidade e, desde muito cedo, estas mulheres trabalhavam fora de casa para trazer renda às famílias, ainda que esta renda fosse, já naquele momento, percebida como adicional, secundária ou complementar.

Outro dado que chama atenção no estudo é de que, segundo o Ipea, “o processo de feminização do mercado de trabalho parece estar se esgotando”, já que a taxa de feminina oscilou muito pouco, tendo alcançado seu teto, 59%, em 2005, para depois, em 2011, cair a 56%.

— No último ano, esse valor foi de 57%, inferior ao do início da série. Se voltarmos a 1995, ou seja, 20 anos atrás, é possível perceber que a taxa de atividade para mulheres era de 54,3%, menos de 3 pontos percentuais em relação à taxa de 2014, o que parece indicar um limite de inserção das mulheres no mercado de trabalho.

O Ipea afirma ainda que “em regra, as mulheres permanecem em trabalhos precários e vulneráveis, em setores já tradicionalmente por elas ocupados. Recebem os piores salários e possuem jornadas extensas e incalculáveis de trabalho, produto da acumulação do trabalho remunerado com os serviços de cuidados”.

Entre 1995 e 2014 há duas nítidas tendências nos indicadores de desocupação. Entre 1995 e 2003, a despeito das oscilações anuais, houve forte crescimento das taxas de desemprego, com reversão consistente entre 2004 e 2012.

No período de maior dinamismo do mercado de trabalho há redução expressiva do desemprego, com forte incremento da força de trabalho feminina. No entanto, mesmo nesse período mais dinâmico, as desigualdades raciais entre mulheres e entre homens são menos sensíveis às mudanças conjunturais no mundo do trabalho.

A partir de 2013, as taxas de desocupação experimentam pequena elevação, mantendo as mulheres negras no topo das taxas de desocupação em toda a série histórica.

— Os dados da Pnad 2014 mostram que a taxa de desocupação vem aumentando para todos os segmentos populacionais discriminados por sexo e cor/raça. As mulheres aparecem no topo das taxas de desocupação quando comparadas aos segmentos masculinos, merecendo especial destaque as mulheres negras (10,2%), mais suscetíveis ao desemprego.

O levantamento utiliza dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que cobre o período de 2004 a 2014, último ano para o qual se tem informações disponibilizadas.

Acordo do Sebrae com Inpi melhora proteção de produtos dos pequenos negócios

11/03/2016- Fonte: Agência Brasil

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) assinou hoje (10), na Associação Comercial do Rio de Janeiro, acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) para melhorar o acesso dos pequenos negócios à proteção de seus principais ativos intangíveis, como marca, design de embalagens e produtos, programas de computador e patentes de tecnologia, de modo a ampliar a competitividade do setor.

O presidente do Inpi, Luiz Otávio Pimentel, disse que a proteção dos ativos intangíveis vem subindo no Brasil, mas não na medida do crescimento dos pequenos negócios. “Para o microempresário que cada vez mais é organizado e para as empresas de base tecnológica, é importante conhecerem as possibilidades de terem os bens intangíveis protegidos, porque isso beneficia bastante esse setor”.

Pimentel destacou que o acordo firmado com o Sebrae dá início a um movimento de conscientização dos micro e pequenos empresários para que sejam estimulados a registrar as suas marcas, conheçam os procedimentos de registro no Inpi e busquem sinais que possam distingui-los de outros no mercado.

O presidente do Sebrae nacional, Guilherme Afif Domingos, disse que o acordo vai derrubar o mito de que patente é uma coisa complicada e que leva o pequeno empresário a preferir correr riscos desnecessários.

“Agora, nós estamos quebrando esse mito, por meio de um processo de simplificação para microempreendedor individual (MEI), microempresa e empresas de pequeno porte junto ao Inpi, com a revisão total de todos os procedimentos internos, para que nós tenhamos um processo célere de aprovação de marcas e patentes”, disse Afif Domingos.

Segundo a assessoria de imprensa do Inpi, os pedidos de patentes de microempreendedores individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte representaram 11% do total de depósitos (33.043) feitos no ano passado, mostrando expansão de 8,7% em comparação ao ano anterior. Já os 64 mil pedidos para registro de marcas de pequenos negócios corresponderam a quase metade dos 158.709 solicitações efetuadas em 2015.

Senado aprova a regulamentação das empresas juniores

11/03/2016- Fonte: Agência Senado

O Senado aprovou nesta quinta-feira (10) a regulamentação das empresas juniores. O Brasil é o primeiro país a ter este tipo de legislação. As empresas juniores são compostas unicamente por estudantes universitários e proporcionam um conhecimento prático da área que eles estudam.

No Brasil, são mais de 300 empresas e mais 10 mil estudantes que trabalham sem fins lucrativos. Na maioria dos casos, o dinheiro arrecadado é investido na estrutura da empresa e na capacitação dos alunos envolvidos.

Porém, por não haver regulação alguma, eles precisavam se organizar sem apoio institucional, e muitas vezes, sequer tinham garantido espaço físico nas universidades. O autor da proposta é o senador José Agripino (Democratas-RN) e o projeto vai agora à sanção presidencial. A repórter Marcella Cunha, da Rádio Senado, preparou uma reportagem sobre a matéria.

Sérgio Moro pede serenidade em momento de 'turbulência' política

11/03/2016- Fonte: G1 Paraná

O juiz federal Sérgio Moro pediu serenidade aos manifestantes que têm ido às ruas em protestos contra e a favor do governo federal, nesta quinta-feira (10). A fala do magistrado, responsável por conduzir os processos da Operação Lava Jato, abriu a palestra dele no 2ª Fórum Transparência e Competitividade, que ocorre na sede da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), em Curitiba.

"Penso que neste momento, de certa turbulência, de certo radicalismo, claro que são compreensíveis as angústias e as reclamações diante do contexto econômico, do contexto político, do noticiário policial de cada dia. Mas ainda assim é importante que isso seja desenvolvido sem discurso de ódio, sem violência contra ninguém", disse.

Durante a palestra, Moro também fez algumas citações aos casos que já julgou na Operação Lava Jato. Conforme o magistrado, as investigações desvendaram o que ele considera como uma corrupção sistêmica na Petrobras.

Moro assustado

Sem citar nomes, Moro lembrou a sentença que deu a um ex-parlamentar do Partido Progressista, que também foi condenado pela ação penal 470, conhecida como mensalão.

O juiz diz que ficou assustado ao analisar o caso já julgado, porque, de acordo com as provas, ele estava recebendo propinas mesmo enquanto era julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

"Pelo menos enquanto eu julguei aqui, eu confesso que fiquei assustado. Porque o sujeito, tendo a sua responsabilidade criminal discutida, com muita seriedade pelo Supremo Tribunal Federal, o Supremo Tribunal Federal todo preocupado para não condenar injustamente alguém, preocupado em analisar as provas, em emitir julgamentos seguros e, enquanto isso, esse ex-deputado continuava recebendo propina de um outro esquema criminoso", lembrou o juiz.

Embora não tenha dado nomes, o único ex-parlamentar do PP julgado por ele e também réu no mensalão é Pedro Corrêa, que está preso no Complexo Médico-Penal de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

Juiz rebate críticas

O juiz criticou afirmações de que a Operação Lava Jato está prejudicando os investimentos no Brasil, contribuindo com a crise econômica. Para refutar o argumento, Moro citou o caso da Refinaria de Abreu e Lima (RNEST), que saiu de um orçamento de US\$ 2,4 bilhões em 2005 para US\$ 18 bilhões em 2015, segundo dados da própria Petrobras.

Segundo Moro, funcionários da estatal ouvidos em processos da Lava Jato chegaram a afirmar que, se a refinaria funcionasse "otimamente" durante todo o período de vida útil dela, ainda assim o prejuízo seria de mais de US\$ 3 bilhões.

"Depois se crítica que a Lava Jato prejudicou os investimentos no país, mas esse tipo de investimento? E se isso se reproduziu em outras obras da Petrobras? E se isso se reproduziu em outras obras das nossas estatais? Será que vale a pena esse tipo de investimento?" questionou.

Futuro

O juiz encerrou a fala fazendo um paralelo entre a situação atual do país com o momento precário vivido pela Inglaterra em meio aos avanços da Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

Na ocasião, lembrou Moro, Winston Churchill afirmou que se o Reino Unido persistisse na luta, dali muitos anos as pessoas não iriam pensar naquele momento como "obscuro", mas que aquela teria sido o melhor momento.

"Guardadas as devidas proporções, digo mais uma vez que não estamos em guerra com ninguém, mas, admitamos estamos em uma situação difícil recessão corrupção sistêmica e imprevisibilidade política tenho a confiança de que se nós confiarmos na nossa democracia, lutarmos pela nossa democracia, daqui 20, 30 anos, nós possamos olhar para trás e pensar que, se esse não foi o nosso melhor momento, talvez tenha sido um deles", concluiu.

Sem motivações

Na quarta-feira (9), também em Curitiba, Moro proferiu outra palestra, para empresários, onde disse que não tem qualquer tipo de motivação política ou ligações com partidos.

O magistrado também defendeu que os empresários devem manter regras próprias de combate à corrupção. "As motivações minhas nunca foram partidárias. Eu não tenho ligação nenhuma, zero, zero, com partido ou pessoa ligada ao partido", disse.

Corruptos e corruptores

11/03/2016- Fonte: Folha de S. Paulo

Na confusão do pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula, que não tem prazo para ser analisado pela juíza encarregada do caso, outra notícia passou quase despercebida pela opinião pública nesta quinta-feira (10).

O STF perdoou o ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que foi beneficiado por um indulto de Dilma no Natal. Apenas dois anos após o fim julgamento do mensalão, Cunha é um homem livre. E vai apenas puxar a fila.

Devem receber o mesmo tratamento do STF os ex-deputados Waldemar Costa Neto, Bispo Rodrigues, Romeu Queiroz, Pedro Henry, Roberto Jefferson e o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. O ex-ministro José Dirceu não terá direito ao perdão, porque foi preso novamente, dessa vez por corrupção na Petrobras.

Todos os políticos envolvidos no mensalão foram direto para o regime semiaberto (trabalhar fora e dormir na prisão) por terem sido condenados a menos de 8 anos.

Em cerca de um ano, mudaram para o regime aberto, cuja pena é cumprida na própria residência. Ou seja, sem desprezo pelos problemas em suas vidas particulares, nenhum deles amargou anos na cadeia como acontece com o brasileiro comum.

Na época, foi criticada a diferença entre as penas aplicadas aos políticos e aos empresários ou operadores do mensalão. Exemplos: Marcos Valério foi condenado a 37 anos de prisão e a banqueira Kátia Rabello a 14 anos. Kátia conseguiu o regime semiaberto no fim do ano passado, depois de dois anos trancada na prisão; Valério continua atrás das grades.

Essa desproporção deve ser discutida, mas certamente o rigor da punição aos corruptores do mensalão colabora para as dezenas de delações premiadas do Petrolão. Ninguém quer ser o "novo" Marcos Valério.

Muitos delatores da Lava Jato são alguns dos maiores corruptores da história do Brasil: os empreiteiros. Um dos mais importantes méritos da Lava Jato foi ter atingido esse setor, que esteve envolvido em diversos escândalos e sempre escapou ileso.

Dessa vez, foi diferente. Marcelo Odebrecht, comandante da Odebrecht, foi condenado a mais 19 anos pelo juiz Sérgio Moro e já está atrás das grades há meses. As penas de Léo Pinheiro, da OAS, e de Dalton Avancini, da Camargo Correa, chegaram a 16 anos e 15 anos, respectivamente.

Com exceção de Odebrecht, Avancini, Pinheiro e vários outros estão em prisão domiciliar, com tornozeleira ou não, porque delataram seus parceiros no crime. Não vai demorar para serem considerados totalmente livres.

A Operação Lava Jato devastou seus negócios, mas continuam sendo homens ricos que passarão o resto da vida, na pior das hipóteses, em suas belas mansões e casas de praia.

É preciso reconhecer que, sem as delações premiadas, não seria possível desvendar esse vasto esquema de corrupção e nem chegar aos políticos beneficiados, que estão sendo investigados em Brasília por terem fórum privilegiado.

E é aí que mora o perigo.

Com exceção do ex-presidente Lula, que, por enquanto, não tem cargo público, e, por isso, vem sendo pressionado - corretamente ou não - pelos ministérios públicos de Curitiba e São Paulo, nada parece acontecer com a maioria dos políticos envolvidos no caso até agora.

Renan Calheiros, Romero Jucá e outros parlamentares investigados na Lava Jato seguem exercendo seus cargos sem qualquer constrangimento. O processo de Eduardo Cunha caminha, mas ele continua na presidência da Câmara.

É preciso lembrar que o mensalão movimentou R\$ 56 milhões em propina aos políticos, enquanto o Petrolão já chega a R\$ 10 bilhões, incluindo políticos e funcionários de estatais.

Essa história ainda não chegou no fim, mas só vai realmente valer a pena "soltar" os empreiteiros corruptores se os políticos corruptos forem para a cadeia e se a investigação provocar uma limpeza na política brasileira. Pela experiência do mensalão, as perspectivas não são animadoras.

(Raquel Landin- Repórter da Folha)

Cooperação entre Brasil e Alemanha vai incentivar produção de carros elétricos e pontos de recarga

11/03/2016- Fonte:

A busca por tecnologias inovadoras, que reduzam as consequências do efeito estufa, é tema presente na agenda no Brasil e do mundo. Pensando nisso, o Brasil e a Alemanha firmaram um acordo de cooperação técnica para aprimorar o desenvolvimento e a implantação da eletromobilidade no Brasil.

Essa parceria resultou em um projeto que vai ter quatro anos de duração e vai contar com o investimento de cinco milhões de euros do Ministério de Cooperação

Internacional e Desenvolvimento Econômico da Alemanha (BMZ). O projeto vai ser coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), intermediado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e apoiado pela Agência de Cooperação do governo alemão (GIZ).

Para que esse projeto seja finalizado, equipes brasileiras e alemãs de diversos órgãos se reuniram nessa quinta-feira (10), durante o Workshop "Propulsão eficiente em áreas urbanas", para discutir o cenário brasileiro atual e quais medidas devem ser tomadas. Desenvolvimento sustentável e eficiência energética são assuntos sempre presentes na agenda de cooperação entre Brasil e Alemanha.

Segundo a diretora do Departamento de Indústrias para a Mobilidade e Logística do MDIC, Margarete Gandini, o tema da eletromobilidade tem duas vertentes importantes: a da indústria e a da mobilidade e logística. "A política industrial de abastecimento deve estar voltada a soluções e entregas que englobem essas duas vertentes", completou.

A diretora explicou que a busca de parcerias para aprofundamento do assunto se deu dentro de uma visão de que novas tecnologias de propulsão são uma realidade mundial. "A Alemanha já possui know-how em tecnologias de propulsão mais eficientes. A contribuição deles vai ser de extrema importância para o desenvolvimento de políticas públicas e criação de novos modelos de negócios", afirmou Margarete.

Dentre as ações previstas para o projeto de cooperação técnica, destaca-se criação de diretrizes para linhas de financiamento, apoio à disseminação de tecnologias inovadoras, bem como consultoria ao governo brasileiro, associações e representações do setor privado sobre a gestão da frota de veículos elétricos e híbridos.

Em 2015, o governo federal aprovou a redução do imposto de importação para veículos equipados com motores híbridos e elétricos como forma de demonstrar o interesse em incentivar o uso de veículos mais eficientes no Brasil.